



**EMENDA Nº - CCJ**  
(à PEC nº 45, de 2019)

Suprima-se o art. 19 da PEC nº 45, de 2019.

**JUSTIFICATIVA**

A PEC 45/2019 prevê a possibilidade de os Estados e o Distrito Federal instituírem uma cobrança sobre Produtos Primários e Semielaborados produzidos nos respectivos territórios, em substituição a contribuição a fundos estaduais.

Esta contribuição, instituída no Art. 19, vai na contramão das diretrizes de simplificação e neutralidade da reforma tributária. Primeiramente, onerará a produção e não o consumo, uma vez que deverá ser recolhida na origem (assim entendido o Estado em que ocorrer a respectiva produção) e não no destino. Além disso, onerará os produtos primários e semielaborados, que em muitos casos são objeto de exportação, contrariando a intenção da PEC de desonerar as atividades voltadas ao mercado externo.

A PEC incorpora os princípios defendidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), notadamente a tributação no ponto de destino das operações e a adoção de um modelo amplamente não cumulativo. Essa abordagem é concebida para trazer mais clareza à carga tributária associada a cada bem ou serviço.

Além disso, um dos aspectos centrais dessa reforma tributária é a intenção de reforçar a competitividade dos produtos brasileiros no cenário internacional. Esse intento se concretiza por meio da redução dos encargos tributários sobre as exportações, inclusive a eliminação de resíduos tributários ao longo das cadeias de produção e logística. A ampla não cumulatividade e a



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



SF/23289.13715-02

tributação no destino, presentes no cerne dessa reforma, são tidas como os meios para atingir esse objetivo ambicioso, garantindo ao mesmo tempo uma estrutura tributária mais transparente e equitativa.

Além da perpetuação de fundamentos e malefícios do sistema tributário atual, o texto proposto pelo art. 19 da PEC 45 como campo de incidência da Contribuição (produtos primários e semielaborados) é extremamente amplo, e, portanto, também pode resultar na instituição por Estados de contribuição que incida sobre a produção de petróleo e gás natural, trazendo custo tributário e insegurança adicional ao setor de O&G.

Pelos motivos expostos, contamos com o apoio dos pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

**Senador FLÁVIO BOLSONARO**  
**PL/RJ**